

CAMBRES: UM EXEMPLO DE MULTIFUNCIONALIDADE NO ESPAÇO DURIENSE

Maria Helena Mesquita Pina
Departamento de Geografia
Fac. Letras da Universidade do Porto
mpina@letras.up.pt

Palavras chave: desenvolvimento rural, vitivinicultura, turismo em espaço rural

Introdução

Espaço emblemático, a Região Demarcada do Douro é não só o espaço privilegiado onde se produz o afamado Vinho do Porto, mas também um condensado de paisagens multifacetadas decorrentes da interação da natureza e da actividade humana.

Apesar das nítidas assimetrias territoriais existentes ao longo dos seus 250 000 hectares de extensão, num enquadramento que, aliás, deve ser conservado e potencializado e nunca homogeneizado, é no entanto a vinha que justifica a singularidade deste território. Encontra-se, contudo, envolta em problemáticas diversas que urge solucionar. Destaquemos a deficiente estrutura fundiária das explorações vitícolas, a expansão desregrada dos vinhedos (com os consequentes excessos de produção e seus reflexos na conjuntura regional), para além de um quadro humano de apoio a esta actividade que está envelhecido, em recessão e apresentando uma formação técnico-profissional essencialmente empírica.

O cenário anterior, porém, apesar de fulcral, não é exclusivo do espaço duriense, pois as amplas unidades empresariais também se multiplicam, se bem que implantadas sobretudo na subregião do Cima Corgo¹. Neste contexto, incrementa-se uma dicotomia sócio-estrutural no espaço duriense com o progressivo destaque da subregião onde se acentua a inserção das firmas exportadoras no tecido produtivo regional, pois estas evidenciam uma forte capitalização técnica, humana e financeira que potencializa a sua ascendência territorial e económica.

Em simultâneo subsistem porém cerca de 33 000 pequenos vitivinicultores, imersos em explorações de estrutura familiar, das quais cerca de 70% nem 1 ha atingem. Estas envolvem-se ainda num elevado grau de dispersão dos blocos e mantêm vinhedos envelhecidos, multivarietais, onde a selecção das castas nem sempre é a mais indicada. Para agravar a situação, as acessibilidades aos prédios rústicos são com frequência anacrónicas, muito estreitas e degradadas, dada a falta de manutenção.

Este quadro é mais incisivo no Baixo Corgo, a subregião duriense mais ocidental, “berço” da vitivinicultura, onde as problemáticas sociais e económicas de facto se adensam. É

¹ Recorde-se que a Região Demarcada do Douro se divide em três subregiões. Caminhando de W para Leste deparamos com o Baixo Corgo subregião que tem início em Mesão Frio na margem direita do Douro e em Barrô (Resende) na margem esquerda e termina no Rio Corgo e na Rib^a de Temilobos; aqui tem início o Cima Corgo que se estende até ao meridiano da Valeira; o espaço a leste até à fronteira corresponde ao Douro Superior.

nesta subregião que se insere Cambres, uma freguesia que exemplifica nitidamente este enquadramento.

Está envolta por uma paisagem típica vinhateira onde os socalcos se multiplicam, alinhados de acordo com as curvas de nível. Neste quadro apenas sobressaem as habitações dispersas pelas quintas, pintadas de branco ou amarelo ocre, bem como os anexos vitícolas e os diversos lugares habitados.

Não é, contudo, apenas a vinha que constitui o sustentáculo económico desta paisagem. De facto, não podemos desvalorizar as múltiplas potencialidades locais como as decorrentes dos recursos humanos, dos atractivos histórico-culturais, para além dos paisagísticos, dos arquitectónicos e, obviamente, dos gastronómicos, dos enológicos ou ainda dos económicos. É a multifuncionalidade que, gradualmente, complementa a viticultura sem, no entanto, subverter o posicionamento estratégico que a vinha mantém.

1-Algumas notas de enquadramento físico

Freguesia do Baixo Corgo, parte integrante do concelho de Lamego, Cambres distende-se por 11,16 Km², espraiando-se desde a margem esquerda do rio Douro até atingir o limite norte da cidade de Lamego. Na direcção E/W ocupa todo o espaço situado entre o rio Varosa e as Quintas de Mondim e Vale de Abraão, confrontantes com a freguesia de Samodães que limita Cambres a W (fig. 1).

Em termos morfológicos refira-se apenas que a sua altimetria varia entre os 50 metros no extremo norte e os 440 no seu extremo SW. Este relevo ascende de norte para sul, acentuando-se o declive nas maiores altitudes, o que justificou a designação de "Varanda do Douro" como frequentemente é referida.

Há, pois, contrastes na paisagem morfológica em Cambres, já que a marginar o rio Douro deparamos com a secção de menores declives onde se implantaram as maiores quintas de estrutura empresarial e vinhedos reestruturados, enquanto no extremo leste, a envolver o rio Varosa, deparamos com um vale encaixado onde se multiplicam os típicos socalcos repletos de vinhedos. No extremo Sul e SW da freguesia, o relevo é também acidentado. Aliás, esta paisagem revela profundas alterações quando ascendemos na vertente e atingimos a cota dos 400 metros, onde os vinhedos começam a ser progressivamente substituídos sobretudo pelos pomares.

No plano geológico, tal como sucede por toda a região vinhateira, também em Cambres o substrato rochoso é do Câmbrico, constituído no essencial por xisto-grauvaques argilosos, mas ostentando uma acentuada meteorização. As excepções surgem nos extremos E e SE da freguesia, designadamente a envolver o vale do Varosa, onde afloram rochas ígneas (granitos e pegmatites), algumas das quais são exploradas.

² Fonte: Carta Administrativa de Portugal, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Lisboa, 1986, p.88.

Em termos climáticos, permanecemos numa cambiante mediterrânea onde é raro ocorrerem quedas de neve mas os dias de geada multiplicam-se entre Janeiro e Março, razão pela qual esta freguesia se insere num espaço edafoclimático favorável à implantação da vinha. Deste modo se justifica o seu longo historial neste âmbito, embora a vinha, ainda assim, divida a sua importância com os produtos hortícolas, as árvores de fruto (de modo especial os citrinos e a cerejeira) e, sobretudo, com a oliveira.

Fig. 1- A freguesia de Cambres (1998).



Fonte: Carta Militar nº 126, Instituto Geográfico Cadastral, 1998

Indiscutivelmente o quadro natural é muito apelativo, estando preservada a biodiversidade paisagística, embora cada vez mais este território sofra interferências múltiplas, dentre as quais não podemos ignorar o seu posicionamento estratégico, pois esta freguesia é limitada por dois núcleos populacionais polyvalentes, Lamego e Peso da Régua.

2- Algumas problemáticas de âmbito demográfico

Apesar do óptimo enquadramento natural e paisagístico, outras componentes da paisagem têm de ser analisadas como o quadro humano e o tecido económico.

Relativamente ao quadro humano, Cambres insere-se no território que regista um decréscimo populacional, notório sobretudo desde a década de sessenta do século XX, se bem que sujeito a diferentes ciclos. Com efeito, embora o decréscimo demográfico recue à década de cinquenta do século passado, este ainda se intensificou na década de sessenta e na primeira metade da de setenta, após o que se seguiu um interregno, que era nítido em 1981. A tendência regressiva, porém, foi recuperada nas décadas seguintes, se bem que em desaceleração. Neste contexto, em 2001, em Cambres, apenas se contabilizaram 2651 habitantes (Censos 2001, INE) quando em 1940, ano em que se atingiu o máximo populacional, se tinham recenseado 4675 indivíduos. O retrocesso populacional é um facto indesmentível.

Esta tendência preocupante fez-se acompanhar ainda por um envelhecimento estrutural da população dado que, em 2001, cerca de 31% da população residente ultrapassava os 65 anos... Como se alterou o cenário registado no final do século XIX! Recorde-se que, então, este valor se aproximava apenas dos 5%!... Quanto à população com menos de 21 anos, se no final do século XIX ultrapassava os 45%, posteriormente registou uma acentuada redução, não atingindo os 21% em 2001! O envelhecimento estrutural em Cambres é inegável.

O perfil cultural desta população, por seu lado, apesar de deficitário, melhorou no intervalo em confronto. Com efeito, os cerca de 80% de analfabetos recenseados no início do século XX, reduziram-se a menos de 15% em 2001, circunscritos aos mais idosos. A população jovem ampliou efectivamente a sua formação cultural e técnica, embora ainda estacione no nível obrigatório. Aliás, é esta população jovem que protagoniza outra alteração: a quase exclusividade da actividade vitivinícola vigente até à década de sessenta do século XX foi substituída por uma progressiva inserção destes jovens sobretudo nas actividades de índole terciária. Complementarmente, também a mulher se afirmou no mercado de trabalho.

Neste cenário, são os idosos analfabetos, ou com formação elementar, que sustentam o sector vitícola, pois os mais jovens optam por outras actividades distintas, sediadas na generalidade dos casos nos núcleos urbanos envolventes que entretanto cimentaram o seu cariz terciário. Este grupo etário, porém, auxilia na execução dos trabalhos agrícolas da exploração familiar, já que a rentabilidade mínima da vinha está assegurada na sequência da adopção de melhorias tecnológicas que, paulatinamente, se vão implementando e que reduzem a 1/3 ou 1/4 o tempo necessário para a execução das actividades agrícolas. Deste modo, a nova geração consegue não só executar as tarefas, como ampliar a rentabilidade dos vinhedos, até porque, embora lentamente, os vai renovando com vista à sua mecanização.

Por outro lado, vincava-se a função residencial, já que esta população, por razões múltiplas, opta por permanecer entre as suas raízes culturais e familiares, fixando residência em Cambres. Entre outros aspectos favoráveis a este quadro, recorde-se a existência de acessibilidades às sedes concelhias onde os jovens activos exercem a sua actividade profissional, além de que também se difundiram os transportes públicos com frequência e horários satisfatórios.

Desta forma, a dupla actividade e o pluriemprego vigoram entre a população de Cambres, mas apenas enquanto existir uma rentabilidade mínima dos vinhedos e um quadro social estável. Caso estes parâmetros sejam alterados, toda a conjuntura se denegrirá rapidamente.

3- A estrutura económica local

3.1- A vinha, a “força motriz” do tecido económico local

Há, porém, que recordar que é a vitivinicultura que subvenciona a economia local, se bem que não em exclusivo e se envolva em múltiplas problemáticas.

O seu historial é longo. Efectivamente a divulgação da vinha em Cambres recua no tempo, sendo já referenciada com insistência no século XVI. No entanto, foi sobretudo no período pombalino que a vinha se expandiu, implantando-se nos socalcos entretanto criados e substituindo as anteriores culturas. Em Cambres registava-se então uma profunda transformação das estruturas físicas da paisagem.

No que se refere à estrutura fundiária e, de modo particular, em relação à posse jurídica do solo, já então existia uma forte dicotomia social e económica, pois à concentração fundiária dos prédios melhor infraestruturados num reduzido número de proprietários senhoriais, opunha-se uma multidão de pequenos proprietários, e alguns médios, cujas explorações agrícolas raramente ultrapassavam 1 ha. Além disso, enquanto entre as primeiras a concentração fundiária era inegável, as menos extensas, de estrutura familiar, ainda ampliavam a sua precaridade, pois estas explorações dispersavam-se por um elevado número de blocos. Assim se evidenciou um N senhorial com o domínio das grandes quintas (20 a 40 ha), enquanto nos espaços agrícolas das vertentes mais acidentadas e de pior exposição geográfica do S e SW se adensavam os pequenos proprietários, imersos em explorações agrícolas onde a policultura persistia.

Estes últimos proprietários, geracionalmente, viam ainda a sua situação degradar-se através da transmissão jurídica dos bens. Com efeito, os residentes nestes lugares menos valorizados em termos sociais, sem alternativas para proverem a sua subsistência e do respectivo agregado familiar, queriam herdar qualquer prédio rústico, ou parte dele, por minúscula que fosse a área. Neste contexto, o quadro social, deteriorava-se progressivamente.

Apesar da precaridade desta situação, era nesta tipologia que se inseriam mais de 60% das explorações agrícolas. O dualismo sócio-estrutural era incisivo em Cambres e vincava-se com o decorrer do tempo, prolongando-se este enquadramento económico até ao segundo conflito mundial. Nesta data, aliás, a situação ainda se agravou mais, pois todo o espaço regional sofreu a acção conjunta da contingentação das exportações de Vinho do Porto e da expansão demográfica. Prosseguia, contudo, a importância da vitivinicultura na economia local e regional.

Só com a revolução de 1974 se proporcionou uma mutação conjuntural em Cambres. Logo nos anos subsequentes foi nítida uma expansão económica, se bem que aleatória e inconsequente, pelo que, apesar da melhoria registada no perfil sócio-cultural da população residente, a ascendência da vitivinicultura continuava inegável. Acresce que, se as hipóteses de requalificação e diversificação económica se multiplicavam na freguesia na sequência de novas estratégias que despoletavam entre os residentes, no sector agrícola era a progressiva deterioração da estrutura fundiária que mais se evidenciava, se bem que continuassem as grandes diferenciações territoriais e sociais já antes aludidas e a renovação dos vinhedos despontasse. Para nos apercebermos com mais pormenor desta problemática nas duas últimas décadas do século XX, apoiemo-nos nos Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 1999.

Inegavelmente o sector agrícola de Cambres em 1989 não era dos mais favoráveis, pois a dimensão média das 319 explorações agrícolas então recenseadas fixava-se nos 2,5 ha. No entanto, é necessário acrescentar que 50,2% das explorações nem 1 ha de área totalizavam e 26,3% nem 0,5 ha atingiam! Apenas 16 excediam os 10 hectares e, na sua globalidade, agregavam 37,1% da área total.

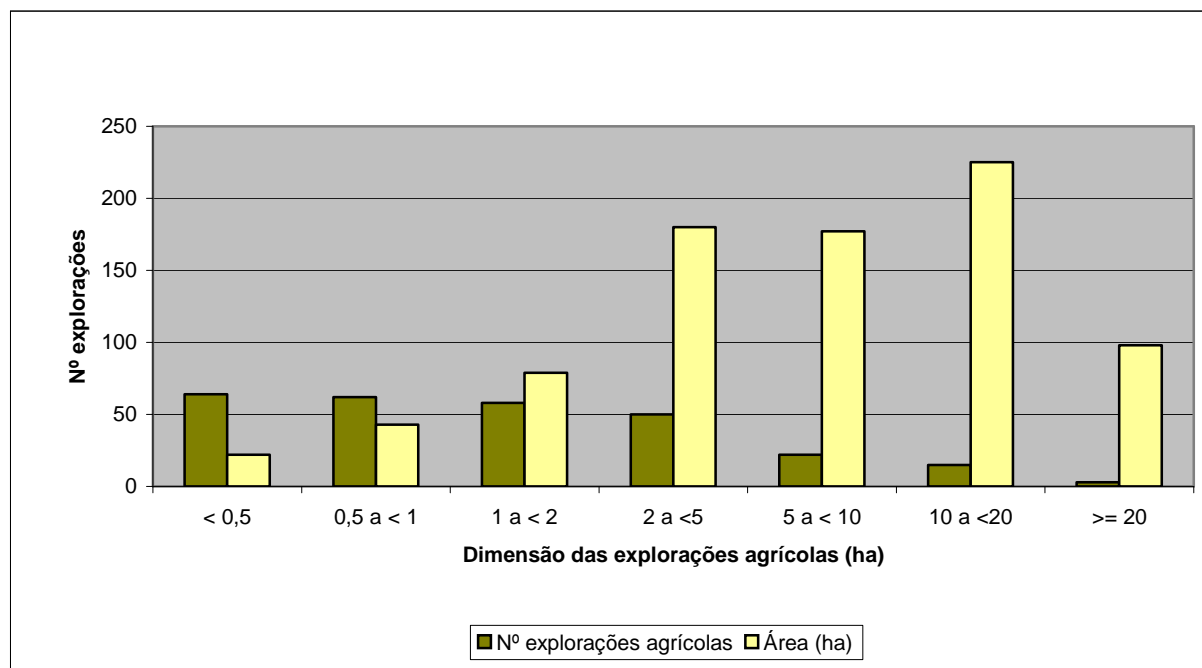
Apesar das indicações anteriores evidenciarem já um acentuado parcelamento, a situação ainda era mais preocupante, pois cada exploração em média subdividia-se em 2 ou 3 blocos, o que proporcionava uma área média por bloco próxima dos 0,8 ha. Este cenário era mais precário ainda nas explorações agrícolas que não atingiam sequer 0,5 ha, visto que, entre estas, os diferentes blocos que as constituíam não ultrapassavam sequer os 3000 m²!... Assim se dificultava a aplicação de inovações técnicas e a remodelação dos vinhedos...

Decorrida uma década a situação registava algumas alterações. Com efeito, em 1999, subsistiam 274 explorações (Fig. 2), se bem que permanecendo quase “estabilizada” a área de SAU. Contudo, não se pense que esta redução de 14,1% de explorações agrícolas verificada numa década significa um abandono dos vinhedos, pois tal não é exacto³. Além disso, no que se refere à alteração da área agrícola, embora fosse exígua a disponibilizada para a expansão da vinha, pois quase todo o espaço com potencialidades para tal já tinha sido absorvido, a

³ Recorde-se que, por questões de diferentes metodologias, em 1999 se excluíram algumas explorações agrícolas com área inferior a 0,5 ha mas embora fossem ignoradas pela exiguidade da sua área, permanecem activas. A esta alteração anexa-se a obtenção das áreas com base nas cadernetas prediais, o que não aconteceu em 1989.

redução vitícola registada na freguesia decorria da expansão da função residencial e, ainda assim, era contrabalançada pelas absorções vitícolas de espaços antes ocupados por outras culturas. Neste contexto, sobressai de facto uma “estabilidade”.

Fig. 2- Número de explorações agrícolas sediadas em CAMBRES de acordo com a sua dimensão em 1999.



Fonte: Recenseamento Geral Agrícola de 1999, I.N.E., Lisboa

Enquanto se mantinha quase inalterada a área de vinhedos, registou-se uma redução do número de explorações agrícolas, pelo que quando analisamos a sua dimensão média ressalta um aumento para 3,01 ha... Não se trata, porém, de um indício de um melhor redimensionamento das explorações agrícolas locais, pois o anunciado aumento da dimensão das explorações agrícolas deve-se sobretudo a uma metodologia diferente utilizada nos dois recenseamentos no que se refere à obtenção da área da exploração. O trabalho de campo demonstrou-o.

Esta “estabilidade” repete-se no grau de parcelamento das explorações agrícolas, visto que, em 1999, mais de 46% das explorações agrícolas nem 1 ha totalizavam e esta área ainda se dispersava por 2 a 3 blocos. Perante este cenário, a dimensão média dos seus blocos permanecia nos 3000 m²... Contabilizando a globalidade das explorações, a dimensão média dos blocos estacionara nos 0,8 ha...

Perpetuavam-se também os vinhedos envelhecidos, multivarietais, onde a selecção das castas nem sempre era a melhor. Consequentemente, o grau de mecanização nestas explorações pouco tinha evoluído.

No extremo oposto eram 18 as explorações agrícolas que ultrapassavam os 10 ha, 3 das quais os 20 ha. Nestas, apesar de serem necessários 2 a 4 blocos para atingirem a

referida área, ainda assim cada bloco ultrapassava em média os 12 ha de dimensão. Nestes valores vislumbrava-se alguma anexação de pequenos prédios contíguos às quintas, se bem que insuficiente para que a tendência de ampliação das explorações, através desta estratégia, conseguisse contrabalançar o parcelamento contínuo das restantes através da transmissão geracional dos bens. Por herança, prossegue o parcelamento real e a ampliação do número de explorações com áreas inferiores a 0,5 ha.

Mas a diferenciação existente entre as duas tipologias de explorações é multifacetada, pois entre as explorações melhor dimensionadas avolumava-se ainda a renovação dos vinhedos, investindo-se nas castas mais valorizadas e numa ampla mecanização, enquanto nas restantes é a estagnação que sobressai. Perante este enquadramento, a rentabilidade dilatava-se nas unidades empresariais, enquanto as remanescentes apenas persistiam não só porque possuíam um rendimento mínimo, mas sobretudo porque os valores culturais e sentimentais impulsionam os seus proprietários à continuação.

A histórica dualidade sócio-estrutural reforçava-se em Cambres. Todavia, e apesar da precaridade de uma percentagem significativa das explorações, o impacto da vinha perdurava, já que na generalidade das explorações esta cultura ocupava mais de 90% da área. Permanecia de igual modo a biodiversidade tradicional, pois a oliveira mantinha-se na bordadura dos prédios e até em plantações contínuas nas explorações com 3 a 5 ha de área, mas localizadas a maiores altitudes, em solos menos receptivos à vinha. Qualquer outro tipo de cultura ocupava uma área insignificante, embora persistisse e, com isso, favorecesse a biodiversidade paisagística, aspecto a preservar e potencializar. Aliás, neste quadro não podemos ignorar a manutenção dos históricos socalcos com muros de suporte de “pedra solta”, apesar de ser muito dispendiosa a sua manutenção.

O quadro vitícola de Cambres, se bem que problemático e muito dualista, permanece e sobrevive inclusivamente à nova crise que se instalou em 2002 no espaço duriense, fruto da acumulação de excedentes vínicos registados nas últimas colheitas.

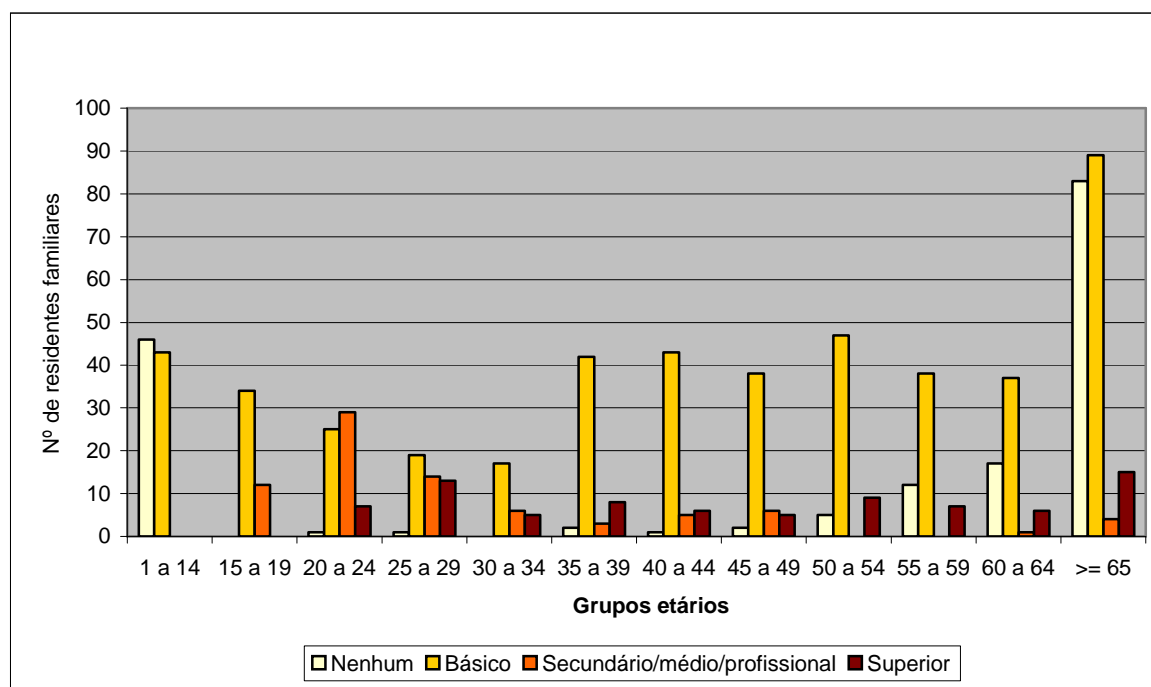
Nesta caracterização do quadro vitivinícola, das suas debilidades mas também das suas potencialidades, há que acrescentar algumas referências à estrutura humana de apoio às explorações agrícolas. Contudo, neste âmbito o cenário também não é o mais favorável, registando mesmo um agravamento entre 1989 e 1999. De facto, se em 1989 apenas 34,7% da população residente em Cambres estava associada ao sector agrícola e era predominantemente envelhecida, na década seguinte, de acordo com o Recenseamento Agrícola de 1999, permaneciam adstritos ao mesmo sector 30,7% dos cambrenses.

Reduziam-se, de igual modo, os estratos mais jovens entre a população agrícola, enquanto se ampliava o desligar destes estratos destas actividades. Com efeito, este grupo etário regrediu 23% entre 1989 e 1999. Contudo, se este cenário era preocupante, é bom

registar que, quando se confronta o declínio da população agrícola de 1989 com a recenseada em 1979, ele tinha sido muito mais acentuado. Consequentemente, apesar de prosseguir a redução da população agrícola e com matizes inquietantes, existe contudo uma desaceleração.

Também a dualidade social já referenciada antes entre os detentores das explorações persistia e acentuava-se mesmo. Com efeito, nas pequenas e médias explorações dominava uma população idosa, com formação empírica, de transmissão geracional, enquanto se institucionalizava a dupla actividade entre os grupos etários mais jovens, dada a exiguidade dos rendimentos obtidos nestas pequenas explorações vitícolas. Nas unidades melhor dimensionadas, de tipologia empresarial, apesar de se repetir o impacte da população idosa, era visível, entre os seus membros, a formação técnica, multiplicando-se os que detinham formação completa, atingindo mesmo a licenciatura em enologia, agronomia, etc.

Fig. 3- População agrícola familiar residente em CAMBRES de acordo com a sua estrutura etária e o nível de instrução em 1999 (HM).



Fonte: Recenseamento Geral Agrícola de 1999, I.N.E., Lisboa

No cômputo global, 20,5% dos produtores e das esposas, em 1999, ainda eram analfabetos (Fig. 3), se bem que este grupo se centrasse em exclusivo nas minúsculas explorações. Além disso, entre os alfabetizados dominava o nível básico, e apenas 12,6% já atingiam o nível médio ou profissional, enquanto 12,9% possuíam formação técnica completa.

Felizmente este quadro tende a alterar-se, pois quando analisamos a informação referente aos "restantes membros" verificamos que o perfil dos mais jovens melhora, se bem que desligado da viticultura na generalidade dos casos.

Em simultâneo, ampliava-se a feminização da classe trabalhadora e até das responsáveis pela orientação dos trabalhos. No entanto, repita-se, os trabalhos agrícolas essenciais exigidos pelos vinhedos encontram-se assegurados, dada a superior rentabilidade

desta cultura. Registe-se, aliás, que até entre as explorações de deficiente estrutura fundiária, o rendimento diminuto decorria da vinha, a única cultura com valor económico.

Em resumo, apesar da vitivinicultura continuar a ser a “força motriz” do quadro económico de Cambres, encontra-se enclausurada em problemáticas diversas que possibilitam que se agrave a diferenciação sócio-estrutural e territorial que a vitivinicultura de Cambres comporta. Para tal cenário, não podemos ignorar a deterioração da estrutura fundiária e as deficiências do quadro social em que se baseia esta vitivinicultura e, de modo particular, dos seus orientadores técnicos. Urge corrigir este quadro, investindo designadamente na divulgação de cursos técnicos adaptados ao perfil dos participantes, aproveitando os recursos comunitários a isso destinados, para além de inculcar a instituição do associativismo entre estes proprietários. Mas, para tal, há que vencer o individualismo exacerbado que atrofia a introdução de inovações e, sobretudo, qualquer tentativa de reestruturação fundiária.

Apesar do perpetuar deste cenário, sobressai um espaço ainda rentável onde a multifuncionalidade das explorações se vinca, tendo por base a implementação de alternativas económicas e sociais agora privilegiadas.

3.2- A multifuncionalidade da paisagem de Cambres

Está confirmado um cenário apelativo mas problemático em Cambres, subvencionado pela vitivinicultura. No entanto, outras potencialidades despontam no sentido de acentuar a requalificação/multifuncionalidade da paisagem, numa perspectiva cada vez mais polifacetada e jamais monodireccionada pela viticultura. Esta estratégia é já indelével nas explorações agrícolas melhor dimensionadas.

Efectivamente, a multiplicidade de hipóteses de desenvolvimento desta paisagem é real. O despertar deu-se no final da década de setenta do século passado quando as quintas melhor equipadas e dimensionadas começaram por diversificar as suas produções, respondendo a novos anseios do mercado então florescente, pelo que acumularam ao Vinho do Porto, outros vinhos DOC's, VQPRD e vinhos regionais com designação do nome da Quinta.

Como é óbvio, melhoraram tecnicamente o espaço reservado ao envelhecimento dos vinhos, concretizado em armazéns com frequência climatizados, para além de apostarem no engarrafamento e comercialização/exportação directa das suas produções. Diversificaram ainda os seus serviços, fomentando a realização de múltiplos eventos de carácter social e técnico, para além de implementarem uma das vertentes do TER, designadamente o turismo de habitação, o enoturismo, o agroturismo...

Os exemplos multiplicam-se, mas podemos fixar-nos em dois casos paradigmáticos: a Quinta da Pacheca e a Quinta da Casa Amarela.

Quinta da Pacheca



Se iniciarmos pela **Quinta da Pacheca**, encontramos-nos perante uma das maiores explorações agrícolas de Cambres cujo historial recua ao século XVI, já que documentos comprovam a sua existência em 1551. Apresenta uma casa senhorial com capela e jardins onde pontuam plátanos seculares.

Empresa de cariz familiar, é Produtor/Engarrafador de Vinhos com a designação da Quinta, com produções limitadas mas de excelente qualidade, que incluem Vinhos DOC do Douro e Vinhos do Porto. É de salientar que foi uma das primeiras explorações durienses a engarrafar vinhos com a sua marca, pois o primeiro vinho nestas circunstâncias surgiu em 1973.

Para a produção destes vinhos existem 37 ha de vinhedos que envolvem a habitação e que, ao longo dos tempos, registaram grandes reestruturações. Estas concentraram-se sobretudo no século XX, registando-se a primeira logo a partir de 1903, com a recuperação dos vinhedos pós-filoxéricos e afectados pelo míldio e do oídio. Esta reconstituição foi complementada com a construção de novos lagares e armazéns.

A renovação das vinhas repetiu-se nas duas últimas décadas do século XX tendo em vista não só a requalificação das castas, mas, sobretudo, a implementação da mecanização, única forma de suprir a carência de mão de obra e, em simultâneo, ampliar a rentabilidade desta exploração. Actualmente os 37 ha são mecanizados e possuem uma média de idades de 20 anos.

Estes vinhos são confeccionados em 8 lagares de granito, com recurso à pisa tradicional das uvas, e o envelhecimento é levado a cabo em cascos de madeira de carvalho, em períodos variáveis de acordo com a tipologia dos vinhos⁴.

O quadro laboral engloba os membros activos da família, a que se reúnem 11 assalariados permanentes. É importante acrescentar que os membros da família executam todas as actividades de coordenação técnica da exploração, sendo a nova geração responsável pela divulgação e marketing, bem como pela enologia e pelo turismo. A geração mais experiente orienta os trabalhos nos vinhedos.

Eis um dos exemplos onde a multifuncionalidade é evidente, pois nesta quinta desenvolve-se activamente o enoturismo, além de que os proprietários são membros da ROTA

⁴ A título de exemplo refira-se que o vinho "Quinta da Pacheca Reserva", produzido somente em anos de excepcional qualidade, estagia em barricas de carvalho durante 14 meses. Após este período segue-se o engarrafamento.

DO VINHO DO PORTO. Neste âmbito, recebem cerca de 12000 visitas por ano, participantes em eventos diversos como provas técnicas de vinhos, jantares e almoços típicos, para além de visitas às instalações, particularmente incisivas no período das vindimas. Está ainda previsto para 2006 a disponibilização do “Hotel Rural da Quinta da Pacheca”, que se instalará num dos edifícios centenários, após recuperação.

Esta sua aposta na multifuncionalidade da paisagem facilita uma rentabilidade sustentada, baseada num forte capital humano e técnico, para além do aproveitamento de subsídios comunitários disponibilizados através da apresentação de sucessivos projectos.

Quinta da Casa Amarela



Já a **Quinta da Casa Amarela**, uma das quintas de média dimensão, encontra-se na posse da mesma família desde 1885. Possui uma habitação pintada de amarelo, reconstruída no primeiro quartel do século XX, que “empresta” o nome à exploração.

Quinta de menor envergadura, só mais recentemente potencializou os múltiplos atractivos de que dispõe, mas fundamentados numa estratégia e dinamismo muito intensos evidenciados por parte dos seus proprietários, sobretudo pela proprietária e pelo filho.

Membro da ROTA DO VINHO DO PORTO e interveniente na candidatura do Douro a Património Mundial, pois é sócia da Liga de Amigos que implementaram este projecto, complementou os seus conhecimentos com experiências várias que, inclusivamente, facilitaram a sua participação em projectos comunitários, em rede, estabelecidos com outras regiões vitivinícolas da Europa. Assim se concretizou um dos casos de multifuncionalidade, envolto num grande sucesso comercial e cultural.

Esta quinta possui 14 hectares de vinhedos tradicionais, cuja idade ultrapassa os 45 anos, mas onde pontuam as melhores castas, as recomendadas, razão pela qual se conseguem vinhos de elevada qualidade sob a orientação da enóloga Susana Esteban, alguns dos quais premiados.

Até 1994 produzia vinhos que vendia a granel a uma firma exportadora, mas desde então lançou-se na comercialização directa, apostando também nos vinhos com a designação da Quinta, com destaque particular para o “Vinho do Porto 10 anos”, conservado em madeira até à data do engarrafamento. Desde 2000 iniciou a vinificação de outros DOC-Douro, vinhos tintos e brancos. Produz actualmente cerca de 30000 garrafas/ano, exportando para os países nórdicos, a Suíça, a Alemanha, a Bélgica e a Espanha, entre outros. Vende o restante a empresas exportadoras.

Na sua tentativa de dinamização das potencialidades próprias e da paisagem local, fez também uma forte aposta no enoturismo com a realização de uma multiplicidade de eventos:

- pequenos almoços de vindima na Quinta
- almoços/jantares com jogos lúdico/educativos que aumentam exponencialmente no período das vindimas
- provas de vinhos
- realização de eventos mais especializados como “O vinho no feminino”, “O jazz e o vinho”, ...
- confecção de “Cabazes de sabores do Douro”

Nestas suas actividades recebe já cerca de 2000 visitantes por ano.

Em síntese, encontramos-nos perante um dos exemplos de sucesso em que, à vitivinicultura, se associa o enoturismo.

As hipóteses de expansão desta estratégia são múltiplas, incidindo quer noutras quintas, quer em residências de elevado potencial histórico e arquitectónico, como os solares existentes na freguesia. É o que sucede já com a Casa dos Pinguéis (agroturismo), a Quinta da Azenha (turismo de habitação) ou ainda a Quinta dos Varais (século XVIII) que possui agroturismo desde a década de oitenta do século XX, sendo ainda produtor/engarrafador. E muitas outras hipóteses poderíamos anexar como a Casa da Corredoura, a Quinta de Monsul (com capela datada de 1599), a Quinta de Tourais, a Quinta de Mosteirô,...

As quintas melhor estruturadas por “contágio” descobrem e dinamizam as múltiplas potencialidades que as envolvem, mas o que referir em relação aos pequenos proprietários? Obviamente que também devem despertar para a multiplicidade de apoios que existem, adoptando estratégias tendentes ao aproveitamento da paisagem em que se integram. Mas, para tal, há que divulgar os fundos existentes e os trâmites a executar, para além de dinamizar uma entidade centralizadora regional que proporcione todo o apoio técnico. E, mais uma vez, se confirma a premência de se criar uma Associação de Produtores... Inclusivamente, poder-se-ia instituir o “Vinho de Cambres”, cujas especificidades deveriam ser acompanhadas pelo apoio de um enólogo. A produção, dada a escassez de instalações técnicas, conseguir-se-ia estabelecendo um acordo com a Adega Cooperativa.

As potencialidades existem, mas há que dar todo o apoio técnico e coordenação. Assim se minimizariam as assimetrias existentes. Aliás, uma estratégia similar mobilizaria outros âmbitos que têm sido ignorados como a rentabilização da oliveira, cultura com forte enraizamento e hipóteses de exploração turística. Se se facilitar a colheita participada, a que se anexaria o visionamento da produção do azeite após a recuperação das azenhas abandonadas, teríamos mais um elemento catalizador e, recorde-se, a incidir no período do ano menos apelativo do espaço duriense. A comercialização destes azeites, com a designação do nome da Quinta, está assegurada dadas as virtualidades desta produção local, das quais sobressai um grau de acidez mínimo.

Um cenário equivalente despontaria associado às árvores de fruto que persistem a ladear as “carreiras” de acesso aos vinhedos. Novamente a existência de uma colheita participada a que se adicionaria a confecção de compotas em moldes tradicionais, envoltas numa embalagem apelativa onde pontuassem adereços locais, complementaria as restantes potencialidades já referidas. Inclusivamente seria uma mais valia para os “Cabazes de sabores durienses” a expandir.

Integrados em “Fins de Semana temáticos”, familiares, participativos, envoltos numa forte vertente lúdica, assim se potencializaria esta paisagem e se fomentaria a sobrevivência da biodiversidade paisagística, elemento catalizador para a maioria dos visitantes.

E as potencialidades multiplicam-se, sobretudo se adicionarmos aos aspectos já referenciados a recuperação do artesanato local (tanoaria, cestaria, latoaria, ...), ou ainda a criação de trilhos recuperando troços da projectada (e abandonada...) linha férrea de ligação Régua/Lamego, ladeada por paisagens diferenciadas que incluem a impetuosidade do vale do rio Varosa, a visita à Central Hidroeléctrica, a ascensão à sede da freguesia, aos lugares mais elevados, com a visita à ponte sobranceira à linha de água que atravessa Portelo... depois de despoluída... e recuperados os lagares contíguos e o artesanato...

Perante este contexto extremamente apelativo, surgem mesmo projectos mais ambiciosos, mais exigentes em capital que, por tal motivo, são despoletados por entidades alheias à freguesia. Basta dar o exemplo de algumas iniciativas como o empreendimento turístico de Vale de Abraão cuja conclusão se prevê para o final de 2006 (empreendimento de luxo que recupera uma antiga residência senhorial com acesso fluvial e rodoviário), para além de se ventilar a requalificação de um pequeno aglomerado populacional, apostando no turismo de aldeia. Trata-se do lugar de Mosteirô onde pontuam habitações abandonadas, apesar do enquadramento paisagístico privilegiado.

Neste cenário polifuncional podemos anexar ainda a revitalização das Águas de Cambres, águas hipossalinas, cloretadas sódicas, cujo primeiro alvará de exploração data de 1941. Exploradas nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado mas de forma muito amadorística, artesanal, possuíam um quadro salarial constituído por 4 mulheres e um motorista; por falta de investimento tecnológico, a rentabilidade decaiu, sobrevivendo o abandono. Desde 2003 realizam-se estudos de viabilidade económica, mas prevê-se a exploração destas águas pela empresa “Solares Ibéricos, Soc. de Mediação Imobiliária Lda”.

E a multiplicidade de hipóteses de desenvolvimento sucede-se. Aqui se instalaram os “Lacticínios Paiva”, no extremo Sul da freguesia, aproveitando a proximidade de amplos mercados consumidores e boas acessibilidades; a par disto, implantaram-se ou transferiram-se sedes de empresas vitícolas para o extremo Norte da freguesia, a ladear a EN 222. Encontram-se a menos de 2 quilómetros de distância da cidade da Régua onde se localizam os principais organismos regionais coordenadores da produção/comercialização do Vinho do Porto e dos

restantes vinhos durienses (exs: Vinhos Rozès e São Pedro das Águias, agora associados na SPR Vinhos S.A; Vinhos Castelinhos; Vinhos de Cambres Lda).

A multifuncionalidade de Cambres é um facto indesmentível e incrementa-se, mas há que informar e formar todos os estratos sociais, facilitando o aproveitamento efectivo, multifacetado, deste espaço no sentido de minimizar as assimetrias sociais existentes.

Conclusão

A viabilidade do espaço duriense é um facto como visualizámos através do exemplo de Cambres, uma freguesia do Baixo Corgo onde a biodiversidade e os elementos tradicionais da paisagem persistem. Há, no entanto, que concretizar múltiplas reestruturações no sentido de amplificarem as dinâmicas locais e inverterem as tendências menos positivas que actualmente pontuam. Para tal, urge mobilizar os diversos estratos sociais, sem descurar os mais idosos, única forma de inverter a recessão demográfica, bem como continuar com as melhorias económicas e sociais já empreendidas.

Acresce que, apesar da função residencial associada à dupla actividade ser cada vez mais incisiva na freguesia, não se pode ignorar que a vinha continua a subvencionar este espaço, a ser a “força motriz” da economia desta freguesia. Como ela se envolve em diversos problemas, há que proporcionar formação técnica aos viticultores e aos assalariados.

Esta dinâmica deverá concretizar-se numa perspectiva conjuntural, o que exige uma coordenação dos diversos serviços sectoriais instalados na Região, designadamente a Casa do Douro e as Adegas Cooperativas, para além das autarquias e, obviamente, da população em geral.

Assim se revalorizará o património paisagístico, arquitectónico e cultural de Cambres. Há, contudo, que aproveitar melhor as potencialidades locais implementando projectos no âmbito dos programas VITIS, LEADER+, AGRO, AGRIS, RURIS, PO do turismo, PO da economia... Mas, para tal, é preciso no entanto INFORMAR, FORMAR, MOTIVAR e COORDENAR.

Bibliografia

- AGUIAR, Fernando Bianchi de (2000)- Candidatura do Alto Douro vinhateiro a património mundial, in *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, pp. 83-90
- BENNEMA, Jan Willem (1996)- A paz social na agricultura do Alto Douro, in *Douro- Estudos e Documentos*, vol I (2), GEHVID, Porto, pp. 287-292
- CALDAS, José Vaz e REBELO, João (2000)- Technical efficiency and productivity growth in the farming system of the Douro Region, Portugal: a stochastic frontier approach (SFA), in *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, vol 1, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, pp. 91-108
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE (1998)- *Plano estratégico para o desenvolvimento económico e social 2000-2006*, CCRN, Porto

- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE (1999)- *Trás-os-Montes e Alto Douro. Diagnóstico prospectivo e orientações estratégicas- Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006)*, CCRN, Porto
- COSTA, Ana Pinheiro (2000)- Financiamento da iniciativa microempresarial e território, in *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, Actas do VII Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, vol II, Edição APDR/IERU, Coimbra, pp. 571-588
- CRISTOVÃO, Artur (1999)- Para a valorização dos recursos naturais do vale do Douro, in *Douro- Estudos e Documentos*, vol IV (8), GEHVID, Porto, pp. 19-31
- DIAS, A. A. (1995)- *Turismo no Espaço Rural. Um estudo sobre o sector de Alojamento TER na Região do Douro*, UTAD, Vila Real
- FUNDAÇÃO REI AFONSO HENRIQUE (2000)- Dossier de Candidatura do Douro a Património Mundial, F.R.A.H., Porto
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Recenseamento Agrícola de 1989, Lisboa
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Recenseamento Agrícola de 1999, Lisboa
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Recenseamentos Gerais da População (1864 a 2001), Lisboa
- MARTINS, Maria da Conceição Andrade (1990)- *Memória do Vinho do Porto*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa
- PINA, Maria Helena Mesquita (1995)- Alto Douro: alguns apontamentos sobre a sua estrutura fundiária, in *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*, Reitoria da Universidade do Porto, Porto, pp. 323-329
- PINA, Maria Helena Mesquita (1998)- A Região Demarcada do Douro, FLUP, Porto, (58 págs)
- PINA, Maria Helena Mesquita (1999)- A diversidade de espaços rurais: os casos exemplificativos de Cambres e Magueija”, in *Actas do I Congresso Internacional de Geografia Rural*, Instituto de Geografia da FLUP, Porto (no prelo)
- PINA, Maria Helena Mesquita (1999)- A Região Demarcada do Alto Douro: uma região heterogénea e com uma dicotomia sócio-estrutural muito vincada, in *III Congresso de Geografia Portuguesa*, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa
- PINA, Maria Helena Mesquita (2003), *O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação*, tese de doutoramento apresentada à FLUP, Flup, Porto (582 págs. E anexo)
- PINA, Maria Helena Mesquita (2004)- A evolução demográfica da Região Demarcada do Douro, in *Actas do I Simpósium de Geriatria*, Circulo de Cultura e de Desenvolvimento do Douro – CICDAD, Peso da Régua (no prelo)
- PINA, Maria Helena Mesquita (2004), Alguns aspectos da estrutura fundiária das explorações vitivinícolas durienses, in *Actas do 2º Congresso Internacional da História da Vinha e do Vinho do Porto no vale do Douro*, GEHVID, FLUP, Porto (no prelo)
- PINA, Maria Helena Mesquita (2004)- A expansão e a reconversão vitícola na Região Demarcada do Douro- algumas problemáticas, in *Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa*, Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa (no prelo)
- REBELO, João Fernandes, SILVA, Alfredo José F. C. (1996)- As cooperativas vitivinícolas no contexto económico da região demarcada do Douro, in *Douro- Estudos e Documentos*, vol I(2), GEHVID, Porto, pp. 249-263
- REBELO, Vasco (1995)- *Estrutura Fundiária, mão-de-obra e tecnologia na viticultura duriense. Um estudo das dinâmicas locais recentes*, UTAD, Vila Real
- SANTOS, F. (2000)- *Mecanização das vinhas tradicionais da Região Demarcada do Douro. PAMAF (Relatório Final)*, UTAD, Vila Real